

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sqbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado) (continuação)

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2º semestre	Exercício
Reversão de despesas da matriz	-	1.592
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 11 ii)	-	38
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 11 ii)	1.439	3.025
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 11 ii)	-	420
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	2.186	2.314
Atualização de depósitos judiciais	18.058	31.998
Acordos judiciais	99	739
Ressarcimento previdência privada	32	727
Reversão de provisão de PLR	1.234	5.085
Outras receitas operacionais	<u>368</u>	<u>1.374</u>

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	2º semestre	Exercício
Provisão de despesas com a matriz(*)	(14.125)	(28.985)
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 11 ii)	(1.375)	(3.620)
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 11 ii)	-	(361)
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 11 ii)	(7.126)	(13.443)
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 11 ii)	-	(552)
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 11 ii)	(93)	(93)
Provisão para plano de ações	(297)	(297)
Provisão para perda na venda de controlada	-	(7.718)
Outras	(1.417)	(1.907)
Total	(24.433)	(56.976)

(*) Custos de serviços globais rateados pela matriz

21 LIMITES OPERACIONAIS - O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar. Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de outubro de 2013.

Apuração dos limites de Basileia II		Cálculo pelo critério atual (Basileia II)
Rubrica	Sigla	31/12/2025
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.696.654
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	433.183
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	38.292
Valor da margem		1.225.179

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Société Général Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balan   patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstra  es do resultado, do resultado abrangente, das muta  es do patrim  nio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opini  , as demonstra  es financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis    institui  es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução do 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está reservada em relação a esse assunto.

Parcelas que compõem o PRE		31/12/2025
Parcela	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	420.930	25%
RWACAM	3.670	0%
RWAJUR1	11.418	1%
RWAJUR2	21.648	1%
RWAJUR3	7	0%
PACS	19.489	1%
RWAOPAD	42.235	2%
RWACVA	15.805	1%
• Extrapolação		
Índice alcançado		31,33%

22. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES - O Grupo SG oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Banco) planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Grupo SG. A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2º semestre	Exercício
Plano de ações	3.796	3.914
Total	3.796	3.914
Saldo no início do exercício	3.796	4.557
Constituição/(Reversão)	118	(643)
Saldo	3.914	3.914

23. OUTRAS INFORMAÇÕES **Plano de pensão:** A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários. Durante o semestre e exercício finais em 31 de dezembro de 2025, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 744 e R\$ 1.464 pelos funcionários R\$ 1.051 e R\$ 2.047 respectivamente. **Vendado de participação em controlada:** Em 11 de abril de 2024 foi divulgado que o Grupo SG assinou a Carta de Intenção (ou MoU/Memorandum of Understanding) com o Grupo BPCE (um dos maiores grupos bancários na França), referente à intenção de venda das atividades da Société Générale Equipment Finance, que inclui a Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil. A AGE (Assembleia Geral Extraordinária) referente a intenção de venda foi assinada localmente pelo Banco Societe Générale Brasil S.A. em 19 de julho de 2024, e comunicada ao Banco Central do Brasil. Em 29 de julho de 2024 foi assinado o SAPA - Share and Asset Purchase Agreement entre o Grupo SG (vendedor) e o BPCE S.A. (comprador) formalizando a compra e venda da unidade de negócio global da Société Générale Equipment Finance. Em 02 de outubro de 2024 foi assinada a Ata para aumento de capital no valor de R\$ 70.000 na SGEF Brasil. E o aumento de capital foi homologado

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

pelo BACEN em 05 de dezembro de 2024. Em 13 de janeiro de 2025 o Banco Central do Brasil aprovou a transferência, com condições, do controle societário da SGEF Brasil para o BPCE S.A. Em 28 de fevereiro de 2025 houve o closing date da venda e foram assinados os contratos de prestações de serviços entre o Banco e o BPCE S.A., e nesta mesma data foi feita a baixa patrimonial do investimento no valor R\$ 163.371. Em 04 de março de 2025, o Banco recebeu o valor da venda do Patrimônio Générale Paris.

24. RESULTADO POR AÇÃO - Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo

do lucro básico por ação:	2º semestre	Exercício
Lucro líquido	29.096	57.261
Média de ações ordinárias para cálculo do lucro básico por ação:		
Quantidade de ações-Ordinárias	562.578	562.578
Lucro por ação em R\$ (reais)		
Ordinárias	51,68	101,71

25. EVENTOS SUBSEQUENTES - Reforma Tributária sobre o Consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu uma ampla reforma do sistema tributário nacional, com foco na tributação sobre o consumo. Em complemento, foi publicada a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que regulamenta parcialmente a referida emenda, estabelecendo as regras gerais dos novos tributos Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo (IS), bem como o cronograma de transição para sua implementação. Em 13 de Janeiro de 2026 foi aprovada a Lei Complementar nº 227 que institui o comitê gestor do IBS (CBI/BS). A norma também estabeleceu as alíquotas da IBS e CBS incidentes sobre os serviços financeiros, iniciando em 10,85% em 2027, e escalonando até 12,50% em 2033. A reforma prevê a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre o consumo, notadamente ICMS, ISS, PIS e Cofins, por um modelo de imposto sobre valor agregado (IVA dual), cuja implementação ocorrerá de forma progressiva até 2033, conforme cronograma definido na Constituição Federal e na legislação complementar. Até a data de autorização destas demonstrações financeiras para emissão, não foram identificados impactos imediatos relevantes nos resultados, na posição patrimonial ou nos fluxos de caixa do Banco, uma vez que: • os novos tributos ainda se encontram em fase de transição; • a aplicação efetiva das novas regras depende de normas infralegais adicionais, incluindo regulamentação operacional e procedimental; e • o setor financeiro está sujeito a regime tributário específico, cujos contornos definitivos ainda estão em processo de detalhamento pelos órgãos competentes. A Administração do Banco segue monitorando o andamento do processo legislativo e regulatório, bem como eventuais impactos operacionais, fiscais e sistêmicos que possam decorrer da implementação da reforma tributária. Quaisquer efeitos relevantes que venham a ser identificados ao longo da vigência das novas normas serão devidamente avaliados e divulgados oportunamente nas demonstrações financeiras dos períodos futuros, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

DIRETORIA			
Beatriz Lacaz Vieira Brown	Mário Marcos Lopes	Gustavo de Magalhães Rezende	Carolynne Moura Munhoz
Eduardo Yasuda Irie	Pedro Fagundes de Lima	Diretor Responsável Pela Área Contábil	
Contador: Cajo Vinicius Marques - CRC - 1SP933729/O-5			

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Conclusões sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independientes Ltda. CRC 2SP000160/O-5

Ana Beatriz Masciotro da Rocha
Contadora CRC 1SP259848/O-6

